



DOSSIÊ "IMPRESA, MÍDIAS E REGIMES POLÍTICOS DITATORIAIS"

EDUCAÇÃO "À LA RUSSE": NOTÍCIAS DE SUBVERSÃO EM COLÉGIOS CATÓLICOS (1964-1969)¹

EDUCATION "A LA RUSSE": NEWS OF SUBVERSION IN CATHOLIC SCHOOLS (1964-1969)

EDUCACIÓN "A LA RUSA": NOTICIAS DE SUBVERSIÓN EN COLEGIOS CATÓLICOS (1964-1969)

Caroline Jaques Cubas²
orcid.org/0000-0001-5411-6824
caroljcbas@gmail.com

Recebido em: 21 fev. 2023.

Aprovado em: 27 jun. 2023.

Publicado em: 08 nov. 2023.

Resumo: Este artigo apresenta e analisa um conjunto de artigos de opinião, publicados em periódicos impressos de grande circulação entre 1964 e 1969, acerca de eventos considerados subversivos em colégios católicos dirigidos por freiras. Os eventos denunciados iam do desencorajamento à participação na Marcha da Família com Deus pela Liberdade até a indicação de leituras consideradas inadequadas, pelo manifesto conteúdo sexual. Através deles, os articulistas aproximavam de forma bastante imediata a política à moral, a educação progressista à subversão. Dessa forma, contribuíam, com maior ou menor intensidade, para justificar a instauração e, em alguns casos, o recrudescimento do regime militar, via argumentos morais. O foco da análise assenta-se em textos assinados por Assis Chateaubriand, Mario Masagão, Salomão Jorge e Gustavo Corção, publicados majoritariamente em *O Estado de São Paulo* e na *Folha de São Paulo*. A análise destes artigos, entendidos como elementos constitutivos de um presente passado (KOSELLECK, 2014), intenta contribuir com o debate sobre as relações entre a imprensa e o regime autoritário brasileiro no que diz respeito a questões concernentes à educação (progressista) em colégios católicos femininos.

Palavras-chave: imprensa; subversão; educação progressista; vida religiosa feminina.

Abstract: This article presents and analyzes a set of opinion articles, published in printed periodicals of wide circulation between 1964 and 1969, about events considered subversive in Catholic schools run by nuns. The events denounced ranged from discouraging the participation in the March of the Family with God for Freedom to the indication of readings considered inadequate, for their manifest sexual content. Through them, the articles immediately brought together politics and morality, and progressive education and subversion. In this way, they contributed, with greater or lesser intensity, to justify the establishment and, in some cases, the intensification of the military regime, via moral arguments. The focus of the analysis is based on texts signed by Assis Chateaubriand, Mario Masagão, Salomão Jorge and Gustavo Corção, published mostly in *O Estado de São Paulo* and *Folha de São Paulo*. The analysis of these articles, understood as constitutive elements of a past present (KOSELLECK, 2014), intends to contribute to the debate on the relations between the press and the Brazilian authoritarian regime with regard to issues concerning (progressive) education in Catholic women's colleges.

Keywords: press; subversion; progressive education; women's religious life.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ A presente publicação vincula-se aos grupos de pesquisa "Ensino de História, memória e culturas" e "Linguagens e representação", que contam com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

² Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, SC, Brasil.

Resumen: Este artículo presenta y analiza un conjunto de artículos de opinión, publicados en periódicos impresos de amplia circulación entre 1964 y 1969, sobre hechos considerados subversivos en colegios católicos regentados por monjas. Los hechos denunciados iban desde el desaliento a la participación en la Marcha de la Familia con Dios por la Libertad hasta la indicación de lecturas consideradas inadecuadas, por su manifiesto contenido sexual. A través de ellas, las escritoras unieron inmediatamente política y moral, educación progresista y subversión. De esta forma, contribuyeron, con mayor o menor intensidad, a justificar la instauración y, en algunos casos, la intensificación del régimen militar, a través de argumentos morales. El análisis se centra en textos firmados por Assis Chateaubriand, Mario Masagão, Salomão Jorge y Gustavo Corção, publicados principalmente en *O Estado de São Paulo* y *Folha de São Paulo*. El análisis de estos artículos, entendidos como elementos constitutivos de un presente pasado (KOSELLECK, 2014), pretende contribuir al debate sobre las relaciones entre la prensa y el régimen autoritario brasileño en torno a cuestiones relativas a la educación (progresista) en las escuelas católicas femeninas.

Palabras clave: prensa; subversión; educación progresista; vida religiosa femenina.

Introdução

"Nos colégios estrangeiros se importam irmãs comunistas que vêm da Europa com a missão de educar, 'à la russe', as nossas meninas" (CHATEAUBRIAND, 1964, p. 3). Esses foram os termos empregados na nota assinada por Assis Chateaubriand para expressar sua inconformação perante a atitude de religiosas católicas que — supostamente — exerciam a "doutrinação" e a "sovietização" de jovens moças³. Tais atitudes são apresentadas como em consonância às "orientações marxistas" que caracterizariam o Estado Federal antes do dia 1º de abril de 1964. Para Chateaubriand, a oposição a essas "orientações" implicaria em "risco" para os "orientadores do catolicismo" que, por essa razão, eram coniventes com as referidas doutrinações⁴. A nota foi publi-

cada na terceira página do *Diário da Noite*, edição de 1º de maio de 1964. Na mesma edição, encontramos um caderno especial dedicado à "vitória da democracia" e algumas reportagens sobre os desafios de Castello Branco como presidente do governo recém instaurado. O conteúdo da referida nota e de reportagens adjacentes sugerem o alinhamento dos *Diários Associados* — grupo ao qual pertencia o *Diário da Noite*, fundado e dirigido, na época, pelo mesmo Chateaubriand — ao regime recém instaurado.

Na nota intitulada *As irmãs vermelhas*, Chateaubriand narra a consternação de pais que lhe contaram eventos sobre a ingerência de religiosas que "oficializaram o ensino do marxismo em seus bancos escolares". Elas haviam ousado não apenas "atrair rapazes cubanizados para fazer conferências para as estudantes" como desaconselhado a participação das estudantes na "marcha das filhas de Deus, na praça da Sé", e punido aquelas que reclamaram de tais atitudes aos seus pais⁵. As ações das religiosas são apresentadas como o resultado de escolhas de lideranças da Igreja que, condescendentes com o "estado marxista", aderiram abertamente a Paulo de Tarso⁶. Para além dos qualitativos "marxista", "à la russe", "leninizados" (*sic*), "cubanizados", empregados pejorativamente para tratar as ações das irmãs, percebe-se que essas ações são apresentadas como consequência daqueles que seriam os "orientadores do catolicismo" e não como fruto de escolhas das próprias irmãs (CHATEAUBRIAND, 1964, p. 3)⁷.

A nota de Chateaubriand não é um caso isolado. No contexto da ditadura militar, instaurada em 1964, encontramos outras, assim como reportagens e artigos de opinião que tratam de

³ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo nasceu em Umbuzeiro, PB, em 1892. Foi senador pelo Partido Social Democrático entre 1952 e 1957, e pode ser considerado como um dos mais influentes empresários no campo das comunicações no Brasil. Foi fundador dos *Diários Associados*, que chegou a somar 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de tv e uma agência de notícias. Foi apoiador do golpe de 1964, mas, desde o início, estabeleceu uma relação marcada por tensões com o Marechal Castello Branco, primeiro militar no comando do país durante a ditadura. Faleceu em abril de 1968. Dentre suas biografias, destacamos *Chatô, o rei do Brasil*, de 1994, escrita por Fernando Morais.

⁴ Chateaubriand não define quais seriam os "riscos" e quem eram "orientadores do catolicismo".

⁵ Ressalto que, em 19 de março de 1964, cerca de 500 mil pessoas reuniram-se na Praça da República, em São Paulo, naquela que foi chamada "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Conforme Janaina Martins Cordeiro (2021, p. 3): "Uma ampla frente de grupos de direita e conservadores conclamavam a sociedade a defenderem a família, a Pátria, a democracia, a Constituição e a religião, que consideravam sob ameaça pelo governo trabalhista de João Goulart. Aquele seria o primeiro de uma série de eventos desse tipo que reuniram milhares de pessoas ao longo do ano no país".

⁶ Aqui, em referência direta ao apóstolo que, antes de sua conversão, atuava oficialmente na perseguição aos cristãos.

⁷ Todas as citações literais empregadas neste parágrafo provêm da nota referida de autoria de Assis Chateaubriand.

questões similares, alertando sempre sobre as alarmantes "ações subversivas" empreendidas em colégios católicos dirigidos por freiras⁸. A maior incidência de reportagens nesse sentido foi observada entre os anos de 1964 e 1969, coincidindo, portanto, com os marcos da instauração e do recrudescimento da ditadura. Tal recorte temporal tem sua relevância justificada por possibilitar a observação, ainda que em um espaço de tempo relativamente curto, de um certo entusiasmo dos articulistas com o governo instaurado pelos militares — chamado, à época, de revolução —, o qual vai, gradualmente, cedendo lugar a preocupações com os rumos desse governo, ameaçado pelos "desvios morais" que se materializam nos acontecimentos que apresentaremos a seguir.

Tais constatações levam-nos ao objetivo central desta proposição, que visa apresentar e analisar um conjunto de artigos de opinião, publicados em periódicos impressos de grande circulação entre 1964 e 1969, acerca de eventos considerados subversivos em colégios católicos dirigidos por freiras. A leitura desses textos impede-nos a refletir sobre as complexas imbricações entre política e moralidade, conectadas de forma bastante explícita pelos articulistas. Através dos textos, eles manejam tempos. Referem-se à grandeza dos institutos religiosos em um passado e denunciam aqueles e aquelas que, em nome de um projeto de futuro divergente, impõem fissuras à ilusória estabilidade do presente. Essa estabilidade, ameaçada, precisa ser defendida a qualquer custo, e é em nome dela que os articulistas parecem erigir suas penas. Os artigos são, aqui, entendidos como constitutivos de um presente passado, cuja existência é determinada pela confluência de seus outros passados e futuros singulares. Isso significa que, quando pensamos as relações entre imprensa e regime

autoritário a partir desses textos, nossa leitura é atravessada pelas experiências vividas em um passado recente que, na época em que os artigos foram escritos, eram apenas um futuro possível (KOSELLECK, 2014).

Em termos metodológicos, os artigos foram acessados via buscas na Hemeroteca Digital Brasileira e nos acervos virtuais dos veículos *Revista Veja*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. As primeiras buscas foram realizadas a partir dos marcadores gerais "freiras" e "religiosas"⁹, em um recorte temporal amplo, de 1960 a 1985. Os artigos localizados foram lidos, selecionados e categorizados. A partir do resultado dessa busca, que encontrou centenas de artigos, reportagens, notas, editoriais e cartas de leitores, selecionamos 152, os quais efetivamente condiziam com os temas de interesse da pesquisa. Eles foram categorizadas em: 1) Mudanças institucionais; 2) Educação; 3) Passeatas; 4) Tortura e violência; 5) Lutas sociais (outras). Para a composição deste artigo, voltamos apenas ao tema "Educação", que contém textos sobre educação progressista, mobilizações sociais e ações perpetradas pelo Estado em colégios e universidades de diferentes regiões do país. Nessa categoria, selecionamos os artigos que explicitavam a relação entre a ação de religiosas e a noção de subversão. Essa seleção gerou um quantitativo de 12 textos que levaram a novo levantamento, realizado a partir dos nomes das instituições educativas e dos articulistas encontrados. O refinamento dessa última busca colocou-nos diante de ocorrências em colégios dirigidos por religiosas, com particular concentração de eventos em São Paulo e no Rio de Janeiro, dentre os quais, o Colégio Sion aparece como palco privilegiado de tensões que conjuram religião, política e moralidade. Entre os articulistas pesquisados, destacamos — pela frequência e virulência — os nomes de Mario

⁸ O levantamento e a catalogação das referidas reportagens e artigos aconteceram vinculados à pesquisa de doutoramento que culminou com a publicação do livro *Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil* (CUBAS, 2018). A estas, foram acrescentadas fontes investigadas no escopo das pesquisas *Maurina Borges da Silveira e o conceito de resistência: um exercício biográfico (2015-2020)* e *As mães bas-bleu: religião, política e moral na ditadura e redemocratização em perspectiva transnacional (Brasil, 1959-1988)* (em vigência), desenvolvidas junto ao Laboratório de Estudos da Contemporaneidade na Universidade do Estado de Santa Catarina (LEC/UEDESC).

⁹ Em função dos objetivos gerais e específicos da pesquisa que abarca a presente reflexão.

Mazagão, Salomão Jorge e Gustavo Corção¹⁰.

O presente trabalho se divide em três partes: primeiramente, atentamos aos motivos que incitaram o estabelecimento, no Brasil, das congregações religiosas católicas femininas, mantenedoras dos colégios sobre os quais os textos se referem. Eles nos ajudam a contextualizar, em parte, os motivos da consternação expressa nos artigos. Na sequência, nos dedicamos à apresentação detalhada dos artigos, referenciando os locais de publicação e seus autores. Por fim, a análise das reportagens permitirá uma reflexão sobre as imbricações entre política e moral, a qual parece-nos relevante não apenas por adensar nossa compreensão acerca do passado, mas, igualmente, pelas reverberações que podem ser observadas e que evocam, conforme Henry Rousso (2016), um passado que volta para assombrar o presente.

Colégios de freiras no Brasil¹¹: estabelecimento e intenções conservadoras

Para melhor analisar a consternação diante de ações empreendidas por religiosas é preciso destacar, ainda que brevemente, alguns elementos acerca das congregações religiosas femininas e da presença de colégios católicos no Brasil. Muitas das congregações que dirigiam os colégios referidos nos jornais — e dos quais trataremos adiante — eram de origem europeia e haviam se instalado no Brasil entre fins do século XIX e início do século XX. Esse processo deve ser compreendido a partir das necessidades e intencionalidades advindas dos dois lados do Atlântico.

Das congregações femininas europeias que se instalaram no Brasil, é possível afirmar serem majoritariamente provenientes da França e da Itália e se concentrarem principalmente nos estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (LEONARDI, 2008). Conforme indica

Susana Monreal (2020), a vida religiosa feminina passou por significativas transformações desde o fim do século XVIII, com a Revolução Francesa. Dentre elas, ressalta-se o surgimento de novas congregações voltadas ao trabalho social e à educação. Essas novas congregações enfrentaram dificuldades no século XIX. Na Itália, os desafios se davam em função do conflituoso processo de unificação. Na França, foram intensificados pelos movimentos anticlericais que incidiam sobre o sistema educacional nacional e reivindicavam a laicização do ensino¹². Dessa maneira, eram afetadas justamente as áreas para as quais as congregações femininas direcionaram seus esforços. Esse processo impôs a necessidade de galgar novas missões e direcionou muitas congregações para espaços além-mar.

No Brasil, os anos finais do século XIX foram igualmente intensos e marcados por efemérides, como a abolição da escravidão e a Proclamação da República. A República trouxe consigo o fim do padroado régio e, dessa forma, alterações nas relações entre o Estado e a Igreja católica. Apesar disso, essa mesma República, cuja elite patriarcal encontrava-se — em termos gerais — caracterizada por valores morais conservadores, acolheu inúmeras congregações religiosas — femininas e masculinas — as quais tomaram a frente, em seus colégios e educandários, da formação escolar de filhos e filhas de famílias dessa nova elite republicana. Conforme Maria Alzira da Cruz Colombo (2006, p. 7-8, n. 35-37, tradução nossa):

Progressivamente, até o fim do século XIX, outras ordens francesas desembarcaram no Brasil devido à situação política opressiva na França, mas também em razão das condições favoráveis no Brasil, que estimulavam a criação de escolas católicas, a fim de suplantarem o número insuficiente de escolas públicas. [...] As normas rígidas do ensino europeu, tanto morais quanto culturais, determinaram, por assim dizer, as bases do prestígio do qual as ordens religiosas, e notadamente as ordens

¹⁰ Considerada a relevância para a elaboração deste artigo, tanto o Colégio Sion, quanto Mario Mazagão, Salomão Jorge e Gustavo Corção terão suas apresentações incorporadas à narrativa, no decorrer do presente trabalho.

¹¹ Ainda que este item diga respeito à instalação de congregações religiosas femininas no Brasil, a presente análise versará sobre eventos ocorridos no sudeste brasileiro, mais especificamente, Rio de Janeiro e São Paulo.

¹² Em 1879, foi aprovada a lei Jules Ferry que, em seu artigo 7º, proibia o ensino e a direção de escolas por congregações religiosas.

francesas, gozaram no Brasil no final do século XIX e início do XX.

Não é equivocado afirmar que a instalação dos colégios católicos foi, em grande medida, possibilitada tanto pela situação política europeia quanto pelos interesses de elites locais, que corroboravam a "necessidade de formar cristãmente a juventude que exercerá, no futuro, o poder político" (NUNES, 1986, p. 195). O prestígio dos educandários católicos e a confiança neles depositada, a qual ia ao encontro dos anseios de uma elite oligárquica, ajuda-nos a apreender — à primeira vista — a consternação explicitada nos jornais, anos mais tarde, diante das atitudes e atividades promovidas por religiosas, que pareciam contrapor os ideais que, uma vez, haviam fundamentado sua instalação e existência.

Para melhor compreender essas atitudes e atividades, é preciso considerar uma série de transformações de ordem social e institucional que afetaram fortemente a Igreja católica como instituição, principalmente a partir dos anos finais da década de 1950, com a convocação e posterior realização do Concílio Vaticano II. Os documentos publicados a partir das reuniões conciliares intencionavam, entre outras questões, um reposicionamento da Igreja como instituição diante do então considerado preocupante avanço dos tempos modernos. Para tanto, proclamou-se — não sem tensões internas — a necessidade de atualização e renovação que, de forma controlada, garantiria uma maior aproximação entre a instituição e seu corpo de fiéis. Tal medida visava ao fortalecimento de uma nova cristandade.

Com essa finalidade, a instituição precisou adentrar a dimensão das "realidades temporais, da política, do social, do progresso e da cultura" (LORSCHIEDER, 2005, p. 45). Nesse sentido, padres e freiras deveriam transcender os muros de seus claustros e intensificar sua presença junto às comunidades. Para facilitar essa presença e possibilitar o exercício da inserção social, modificações foram autorizadas à vida religiosa. As

possibilidades de abandono gradual do hábito religioso e da batina, assim como a vida em inserção, foram sugeridas com esse propósito.

Algumas dessas transformações, já gestadas antes mesmo da realização do Concílio, transcenderam os objetivos primeiros da instituição, ganhando contornos nem sempre desejados pela hierarquia da Igreja católica. Citamos, a título de exemplo, um efetivo engajamento social e especialmente político, ao longo dos anos 1960, 1970 e início da década de 1980, alinhado a um catolicismo progressista e mesmo a Teologia da Libertação. Tais engajamentos materializavam-se através da identificação e sensibilização diante tanto de situações de pobreza ou mesmo miserabilidade que atingia os países da América Latina — dentre os quais, o Brasil —, quanto pelas ditaduras militares que se instauravam nos mesmos espaços, através de práticas repressoras e excessivamente violentas¹³. Nesse contexto, situamos os embates apresentados a seguir.

Notícias de "subversão" em colégios católicos

O evento referido na nota *As irmãs vermelhas*, publicada em 1º de maio de 1964, que dá início a este texto, foi igualmente noticiado pela *Folha de São Paulo*, em 9 de abril do mesmo ano. Apesar da baixa qualidade da imagem disponibilizada no acervo digital da *Folha*, percebem-se referências aos conflitos ocorridos na instituição, a partir do constrangimento ao qual uma aluna foi submetida (segundo o que é possível ler) ao manifestar publicamente seu repúdio ao comunismo. Tal manifestação teria gerado um confronto com cerca de 30 colegas, chamadas de comunistas pela referida estudante. O conflito culminou com a presença do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na instituição, precedida pela invasão de pessoas que entraram no colégio em auxílio da estudante, "graças à mobilização de várias entidades democráticas" (INCIDENTE..., 1964, p. 18), alertadas pelos pais de outra estudante via contato telefônico. Após acusações de que as

¹³ Para um debate amplificado acerca das transformações institucionais na Igreja católica, assim como suas implicações na vida religiosa feminina, ver: Cubas (2018).

freiras eram comunistas, algumas pessoas foram levadas ao DOPS para depoimento e registro da ocorrência. Essa pequena nota foi publicada sob o título de *Incidente leva Dops ao colégio Des Oiseaux*, na página 18 do caderno "Classificados". Dividiu espaço com a informação sobre a fuga de 47 detentos (perigosos bandidos, conforme o jornal) do Instituto Reeducacional de Bangu, com uma reportagem ilustrada sobre a apreensão de material da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no Departamento de Correios e Telégrafos e com uma notícia sobre o trabalho da polícia rodoviária em vistoriar cargas de gêneros alimentícios essenciais para o abastecimento de São Paulo, que estariam sendo desviadas para outros estados da federação. A referida página, ao que parece, foi dedicada ao que poderiam ser considerados eventos preocupantes daquele presente particular e, em simultâneo, ressalta a ação e mobilização de distintos órgãos policiais no combate a cada um deles.

Tal percepção é corroborada pela análise realizada por Sônia Meneses. Em artigo publicado em 2013, advindo de sua tese de doutoramento defendida em 2011, Meneses (2013, p. 42) demonstra a atuação da *Folha de São Paulo* como meio de comunicação que, ainda que se apresente como *locus* de reivindicação democrática na segunda metade da década de 1970, ajudou a construir 1964 como um tempo de "incertezas, angústias e ansiedades" através de suas manchetes e reportagens. Segundo a autora, as publicações que se sucediam naqueles meses de março e abril assomavam instantes de rupturas que alteravam rotinas e padrões e exigiam esforços de sentidos e interpretações:

Para o jornal *Folha de São Paulo*, 1964 foi inicialmente celebrado e formulado como ocorrência exemplar e positiva, narrado como "Revolução" necessária, imediatamente associada a outros

eventos, de forma a conceder-lhe densidade histórica (MENESES, 2013, p. 44).

Tal assertiva é confirmada pelo editorial publicado naquele mesmo 9 de abril sob o título *Volta à normalidade*, que tratava da necessidade de uma imediata eleição de novo presidente, para que se pudessem cumprir "os nobres ideais da revolução" (VOLTA..., 1964, p. 4). As ações de religiosas católicas de um renomado — e não identificado — colégio de São Paulo voltaram a ilustrar páginas de jornais em 1968, com novas referências ao que seriam atitudes suspeitas e tendenciosas em instituições escolares. Publicado no caderno *Geral* de domingo d'O *Estado de São Paulo*, em 4 de fevereiro, o texto *Dôres* (sic) *da Santa Igreja* é assinado por Mario Mazagão. O texto concentra-se na denúncia das ações de uma minoria de prelados, religiosos e religiosas, segundo o autor, afeitos ao "novidadeirismo", e que se prestavam ao papel de "inocente útil". De forma objetiva, volta-se a noticiar os indícios da afeição de certos membros da Igreja católica brasileira ao anarquismo e ao comunismo, culminando com a descrição das atitudes de frades que denotavam explicitamente "de um lado obediência a Moscou; de outro subversão"¹⁴. A referência às religiosas introduz a diátribe, atestando que a "desorientação que contaminou pequena parte do clero católico, levando-o para o ingrato terreno da agitação social, produziu consequências laterais curiosas" (MAZAGÃO, 1968, p. 29). A influência sobre as freiras é apresentada como uma dessas consequências, sendo sua rebeldia resultado da inquietação dos padres. Nos termos de Mazagão (1968, p. 29):

Religiosas que regem em São Paulo, há muitos anos, colégio de meninas, outrora afamado, tornam-se agora "modernizantes", e até conservam no corpo docente leigo, elementos marxistas. Recentemente, escolheram, para

¹⁴ Segue excerto do texto de Mazagão (1968, p. 29): "Neste mês, setenta e cinco milhões de árabes ameaçavam os dois milhões e meio de habitantes de Israel, e anunciavam, até pela voz de diplomatas de carreira, com o apoio e o incitamento de soviéticos, que haveriam de passar todos aqueles hebreus a fio de espada, para varrer do mapa e das estatísticas o pequeno país. Ante o extermínio planejado, proclamado e iminente, os frades em tela não se manifestaram. Começou, porém a luta, e a mão de Deus operou um milagre, pelo qual os agressores foram repelidos. Para evitar que os árabes perdessem substancialmente o território em que recuava, os russos, que tinham fomentado ostensivamente a guerra, executaram uma das mais escandalosas reviravoltas da história diplomática, e entraram a bradar, na ONU, pela necessidade de se ordenar a cessação imediata do fogo. Tornava-se a paz um objetivo urgente do Kremlin, que o promovia por todas as formas. Pois então o superior do sobredito convento, que não se comovera diante do anunciado morticínio de judeus, entrou instantaneamente em vibração. No púlpito, pelo rádio e pelos jornais exigia a cessação do fogo e a paz".

representação pelas alunas, peça teatral de um autor que se tornou conhecido pela vileza da linguagem e pela luta que sustenta com a censura. [...] Mais difícil de explicar é a preferência das freiras pelo comediógrafo. Certo é que, em homenagem às meninas que a iriam representar, ele procurou evitar na peça, os costumesiros palavrões, substituindo-os por sutil propaganda esquerdista, com trechos de encíclicas, isolados e mal traduzidos, que se projetaram em tela durante o espetáculo.

Ao final do excerto, o autor afirma ainda que o principal interesse das religiosas era, em verdade, o tema da representação, a saber, a reabilitação de Judas Iscariotes¹⁵. Dentre os distintos elementos que poderiam ser analisados, destaco, aqui, dois, diretamente relacionados aos nossos objetivos antes anunciados: chama atenção, primeiramente, a vinculação em uma mesma frase dos predicados "modernizantes" e "marxistas". Tal vinculação é reiterada em outros artigos — que serão apresentados a seguir — como característica das ações de freiras cooptadas por forças progressistas e/ou comunistas. Além disso, é importante sublinhar que Mazagão se refere às preocupantes ações das religiosas, considerando-as, no entanto, como uma "consequência lateral", cujos desvios e rebeldias ocorreram estimulados pelas ações dos padres. Mais que mero detalhe ou escolha narrativa, a formulação traz consigo uma conotação de gênero, por submeter a ação das religiosas a homens da Igreja. Além disso, vem ao encontro de percepções bastante difundidas na época, que apartavam da vida religiosa feminina os interesses ou possibilidade de envolvimento de fundo político, como se freiras não fossem sujeitos sociais capazes de escolhas e ações, como se não fossem capazes de agência, entendida, aqui, em sua acepção filosófica geral, como a capacidade de fazer escolhas e, por meio delas, agir sobre o mundo. Tal percepção, porém, é desestabilizada pela constatação do envolvimento de religiosas em distintos movimentos de resistência e/ou oposição ao regime militar (CUBAS, 2018).

Diferentes de outros, como Gustavo Corção — citado ao final do texto como exemplo de leigo iminente que luta pela Igreja católica — Mario Mazagão não é um colunista ordinário de *O Estado de São Paulo*, ele assina textos ocasionais, com seu nome vinculado, por vezes, a suplementos literários, reportagens sobre Direito e eventos da vida política de São Paulo. Nascido em 1899, foi professor e catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito das Arcadas. Deputado federal (constituente) em 1946 pela União Democrática Nacional (UDN), foi desembargador e ministro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 1947. Na década de 1960, foi cotado para o Supremo Tribunal Federal. Encontramos seu nome grafado ora com "z" e ora com "s", e nos registros oficiais consta Masagão¹⁶. Faleceu em novembro de 1979.

O texto de opinião assinado por Masagão e publicado por *O Estado* traz consigo certa ambivalência. Indubitavelmente, coaduna-se aos valores promovidos pelo periódico, que manifestou apoio ao golpe militar de 1964 e às ações repressivas que objetivavam a manutenção da ordem social. O tom antiesquerdista e anticomunista é presente tanto nesse texto quanto em outros editoriais e artigos de opinião. Por outro lado, conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2017), o entusiasmo inicial do *Estadão* com a ditadura foi desestabilizado por ações como o AI-2, a Constituição de 1967 e a Lei de Imprensa. Segundo Motta, os editores do periódico consideravam que a "revolução" afastava-se de seus ideais iniciais e discordavam da militarização do Estado e diminuição da presença civil nos quadros governamentais. Para o autor:

Tratava-se, na verdade, de uma disputa com a ala mais à direita da ditadura, composta por nacionalistas autoritários, integristas católicos e fascistas, para quem os valores liberais e a liberal democracia não importam tanto (MOTTA, 2017, p. 4).

Se, por um lado, é possível acreditar que o anti-

¹⁵ A referência soa como sutil ironia (característica de todo o texto) por se referir justamente ao traidor que teria entregado Jesus aos romanos, utilizando da confiança nele depositada para os fins julgados convenientes.

¹⁶ Conforme é possível observar no campo de biografias do site da Câmara de Deputados: BIOGRAFIA do(a) Deputado Federal MÁRIO MASAGÃO. *Portal da Câmara dos Deputados*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [20--]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130370/biografia>. Acesso em: 14 fev. 2023.

go udenista seguia afeito às proposições liberais, por outro, a referência a Gustavo Corção denuncia, ao menos no campo moral, certa simpatia ao ideário integrista. Tal ambivalência parece-nos, porém, coerente com a interpretação de Motta (2017), que entende as atitudes do periódico em relação ao presente vivido, caracterizadas por uma variação que deambula entre a adesão, a acomodação e a resistência. No que concerne a questões de cunho moral, particularmente em relação às atitudes observadas nos educandários católicos dirigidos por freiras, parece-nos que a adesão é aquela que reincide com maior veemência.

Naquele mesmo 1968, em 10 de novembro, *O Estado de São Paulo* voltou a publicar um artigo de opinião acerca de eventuais violações — nos termos do artigo — ocorridas em colégios de freiras. O texto *As esposas do demônio...* é assinado por Salomão Jorge e tem por objetivo denunciar "a ação nefasta, desagregadora do 'clero podre'" que se manifestava através das atividades de padres e freiras, que utilizavam do púlpito e da escola para tratar de temas que pretendiam "prostituir a juventude nacional". Seguem trechos do artigo¹⁷:

É justamente o segredo desta intimidade conjugal, respeitada pelos próprios idolatras — que alguns colégios de freiras estão violando, numa afronta ao nosso pundonor. É o trabalho lento e subterrâneo de corrosão da família, cuja base mais sólida está na consciência moral de seus membros. E o que os "progressistas" desejam, na sua confusão, é uma nova sociedade em que a vida da família não dependa da reciprocidade de direitos e deveres, como condição fundamental, em que os pais não tenham autoridade sobre os filhos [...].

Mas afinal que ensinam às crianças alguns colégios de freiras? As mães **bas-bleu** insistem em que é urgente acabar com o tabu do sexo... As crianças de quatro anos devem aprender, vendo figurinhas, como vieram ao mundo...

Nelson Rodrigues naquele estilo em que relampagueiam, como diria Camilo, as fuziladas do escárnio e do sarcasmo, traduz as confidências de um pai indignado: **"O senhor me entende? Um jardim de infância de meninas de quatro anos é quase um berçário. O senhor já imaginou freiras mostrando, num berçário, fotografias ignóbeis?"** [...].

As sátiras de Gustavo Corção mordem o ridículo e a inépcia, como o machado morde o tronco apodrecido. E, sem poder evitar o engulho, eis como ele nos descreve o carcoma: **"Há colégios religiosos em que as mães, que ainda anteontem se confessavam tremendo quando viam um mosquito nu no banheiro, mostram, bondosamente, a meninas de seis anos, com figuras e bonecos plásticos, como é que fazem o papai e a mamãe..."**.

A verdade desoladora é que as freiras, esposas do Exu, essas novas "beatãs do sexo", com o novo processo de ensinar a crianças, estão assassinando na alma infantil uma das derradeiras belezas do mundo: a inocência [...] (JORGE, 1968, p. 61).

Nascido em Petrópolis, em 1902, Salomão Jorge era médico e escritor. Foi deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo pelo Partido Social Progressista na 1ª legislatura, entre 1947 e 1951. Tentou voltar ao legislativo na década de 1970 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas, conforme carta assinada por Ulysses Lemos Torres, publicada também n'*O Estado de São Paulo* em 6 de julho de 1978, a tentativa foi "vetada" por membros do partido com a alegação de que Jorge seria "inimigo da Igreja e de seus bispos" (TORRES, 1978, p. 2). Na carta, é descrito como cidadão de convicções democráticas e membro militante do partido. O embate em torno da tentativa de candidatura e seus impedimentos efetivos carece de maior investigação. No que concerne ao tema deste artigo, é interessante ressaltar que, se na década de 1940 e início de 1950 o nome de Salomão Jorge aparece nos jornais em função de sua atuação legislativa, nos anos de 1960 e 1970 o tema que parecia mobilizá-lo era outro. Não é possível afirmar que Jorge fosse um colunista regular do periódico, no entanto, o artigo *As esposas do demônio* não foi o único dedicado a denunciar as "vilezas do clero progressista". Em 18 de maio de 1969, por exemplo, na seção livre d'*O Estado*, encontramos novo artigo de opinião de Jorge intitulado *O diabo entrou no tinteiro dos frades*, no qual defende seu livro recém-publicado, *O diabo celebra a missa*, das críticas realizadas pelo franciscano Boaventura Kloppenburg. Em

¹⁷ Grafia, pontuação, grifos e acentuação foram mantidos conforme a publicação original.

sua defesa, afirma ter provado que "a revista dos frades" — referindo-se à *Revista Eclesiástica Brasileira*, editada pela Vozes — tornara-se "um dos órgãos da subversão" (JORGE, 1969, p. 55).

Ainda que o artigo *As esposas do demônio* não faça referência direta à ideia de subversão, atendo-se à reprovação de estratégias pedagógicas e, principalmente, da abordagem de temas voltados à educação sexual, é possível perceber que a relação era uma constante em outros textos do autor. É preciso destacar que esse, de 1968, inicia corroborando as afirmações de um discurso proferido pelo então ministro do interior, Albuquerque Lima, no Círculo Militar de São Paulo, a respeito de "padres e freiras que tentavam destruir a Família". Parte das opiniões do ministro foram publicadas no *Jornal do Brasil*, em 16 outubro de 1968, e permitem-nos a constatação — bastante evidente — das aproximações entre o progressismo de algumas instituições escolares religiosas e a insubordinação política:

[...] [o fato de] padres e freiras de colégios do Rio [incutirem] na cabeça de jovens de 12 e 13 anos [determinados problemas para] acabar com família é [agravado na medida] em que essa tentativa — afirmou ele — obedece a um plano comunista mundial para acabar em primeiro lugar com as Forças Armadas, depois com a Igreja, que é um forte elo moral já dividido pelos comunistas, e, finalmente, com a moral e a família. [...] [é preciso que] saibam que isto é um processo comunista para acabar com o Brasil e as nações subdesenvolvidas principalmente. Porque, acabando com as Forças Armadas, a Igreja e a Família, o que restará? E, assim, eles poderão dominar o Brasil até sem vir aqui (ALBUQUEQUE..., 1968, p. 4).

A denúncia da aproximação entre o progressismo praticado em colégios católicos e a subversão foi igualmente realizada por Gustavo Corção. Citado tanto por Salomão Jorge quanto por Mario Masagão como defensor da Igreja católica, Corção empunhou sua pena, entre outros, contra o Colégio Sion. Entre novembro de 1968 e março de 1969, foram cinco artigos que, com mais ou menos veemência, teciam críticas a respeito de práticas que considerava reprováveis na então sexagenária instituição.

O primeiro deles foi publicado em 30 de novembro de 1968 e tem por título *Os frutos*. Nele, Corção descreve o que considera serem os frutos do progressismo. Dentre eles, enumera apostasias, o fechamento de colégios católicos "de longa tradição" e o esvaziamento de conventos. A causa para a alarmante situação seriam as práticas progressistas e esquerdistas, as excessivas preocupações mundanas por parte do clero, que "bradam por reformas mirabolantes, conspiram contra o regime direta ou indiretamente na mesmíssima hora em que se incendeia a casa de Deus" (CORÇÃO, 1968, p. 6). Especificamente sobre o Colégio Sion, apenas lamenta o iminente fechamento da instituição, assim como de outros educandários religiosos, atribuindo a culpa da "calamidade" às ações progressistas. Após comentários bastantes ácidos voltados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), à *Revista Eclesiástica Brasileira* e ao Movimento de Educação de Base, apresenta a seguinte anedota, como exemplo trágico dos tempos vividos:

Num colegio em Belo Horizonte. Terceira ou quarta serie. Mocinhas de famílias católicas. Entrava na sala um padre jovem e expansivo que vem bater um papo. No fim de quinze minutos está aconselhando o amor livre, isto é, a livre fornicação, com o pseudônimo de experiência pré-nupcial. As meninas reagem (louvado seja Deus!) e uma delas se levanta quando o padre chega ao ponto de dizer que agora, com as pilulas, modificou-se o problema sexual da mulher: — Padre, como é o seu nome? — Não me chame de padre, chame-me de camarada. — Padre, eu só quero lamentar que sua mãe não tenha usado as pilulas (CORÇÃO, 1968, p. 6).

Na edição de 1º de fevereiro de 1969, Corção volta ao tema do fechamento dos colégios religiosos, mas, dessa vez, é mais explícito acerca dos eventos ocorridos no Colégio Sion. O artigo *Colegios religiosos que se fecham* traz a público, em tom de revelação, o nome do colégio com o intuito declarado de "não desproteger as meninas cujos pais estão desinformados sobre o que acontece hoje nas casas religiosas" (CORÇÃO, 1969b, p. 6). Para tanto, inicia referendando outro artigo de sua autoria, que havia sido publicado na

revista *Permanência*¹⁸, denunciando episódio em que uma estudante foi "convidada a descrever o ato sexual em plena aula, num colégio de freiras". Na ocasião, o nome do colégio havia sido omitido para proteger as jovens estudantes. Novos acontecimentos, porém, fizeram o autor voltar à questão. Primeiramente, cita uma carta que haveria sido entregue por pais de alunas, explicitando à superiora os motivos que os levaram a retirar suas filhas da tradicional instituição. Seguem as razões apresentadas: "1.a, deficiência e desvio do ensino religioso; 2.a, declínio da vida religiosa; 3.a, subversão natural da hierarquia, essencial a qualquer sociedade; 4.a, tratamento obsessivo de matéria sexual" (CORÇÃO, 1969b, p. 6). O artigo avança com a exemplificação dos itens numerados que teriam, de alguma maneira, chegado ao conhecimento do autor, configurando-se, portanto, como prova dos eventos referidos.

A primeira questão apontada foi a substituição da catequese por atividades de "formação". Segundo Corção (1969b, p. 6),

[...] é nessa oportunidade que procuram "conscientizar" as alunas dentro da nova linha que leva uma irmã diretora a recomendar: não repitam em casa o que estamos ensinando aqui, senão seus pais, discordando, prejudicarão nosso trabalho.

Destaco, aqui, que as aspas nos termos "formação" e "conscientizar" são inscritas pelo próprio autor e denotam, por emprego irônico, referência direta a um vocabulário de reivindicações progressistas. Seguindo os argumentos, mais grave que o incentivo à desobediência aos pais, era a desobediência a Deus, igualmente ensinada pelas irmãs dirigentes. Tal orientação se concretizava, conforme o articulista, quando as irmãs afirmam às meninas que o seguimento a Deus e aos mandamentos era algo de ordem pessoal. Para Corção, tal orientação tinha por fundamento um individualismo perigoso, que colocava a consciência pessoal e o amor-próprio acima das leis de Deus. A esse respeito, ainda assevera

ser "curioso que tão desvairado individualismo coincide com o furor comunitário e coletivizante que se apossou dos novos padres e das novas freiras" (CORÇÃO, 1969b, p. 6). Ao final do artigo, o autor acrescenta que, além da "demoníaca lição de orgulho e egoísmo" ministrada pelas freiras, estas, antes de fecharem seus educandários, vendem pianos, quadros e mobílias para, com as centenas de contos adquiridos, viajarem incessantemente e adquirirem itens como "mini-saia, chapéus, luvas, bolsas" (CORÇÃO, 1969b, p. 6).

Pouco mais de um mês após a publicação do artigo, Corção volta a tratar do tema em *Ainda o Colégio Sion*. O assunto é retomado em função de críticas tecidas ao articulista em uma carta publicada no jornal *O Globo*, a qual tentava, conforme Corção (1969a, p. 6), "neutralizar todos os depoimentos e queixas de vários pais de alunas com furiosas injúrias contra minha pessoa". Após expressar sua decepção diante do silêncio dos pais, que não vieram a público em sua defesa, Corção replica a carta enviada pelos pais à madre superiora da Congregação Notre Dame de Sion. Nela, além de observarmos as acusações já transcritas no artigo anterior, encontramos o detalhamento de atividades solicitadas por diferentes professores, de diferentes matérias, que davam corpo às reclamações. É possível observar que as reclamações se referem a questões bastante diversificadas: Há, por exemplo, queixa contra a irmã Myrtes, "que diz as suas alunas que não leiam a Bíblia, porque suas palavras (dela Myrtes) estão mais atualizadas" (CORÇÃO, 1969a, p. 6). Há referência ao professor de português, que exige das alunas um inadequado tratamento de intimidade: ser chamado de "você". A professora de desenho também sofreu reclamações por promover debate sobre "o quanto de sexo deveria haver em um casamento" (CORÇÃO, 1969a, p. 6). Uma atividade de português, para o 2º ano ginasial, causou revolta nos pais por solicitar a leitura de *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, "onde insistentemente se fala de experi-

¹⁸ Conforme explicitado na reportagem, trata-se do artigo *Intimidade e Publicidade*, publicado na revista *Permanência*, número 2. A revista *Permanência* era publicada pela Associação Cultural Católica Permanência, fundada por Corção, em 1968, com objetivo de combater a "ala progressista do clero" (PAULA, 2013, p. 133).

ências sexuais precoces e pervertidas" (CORÇÃO, 1969a, p. 6). Ainda seguindo na transcrição da carta, os pais atribuem essas ocorrências a "um grupo de freiras ditas 'modernas' ou 'atualizadas' que tomou conta da direção e orientação da casa enquanto as irmãs de alto valor moral e religioso foram afastadas do contato com as alunas" (CORÇÃO, 1969a, p. 6). Referem também o Instituto Superior de Pastoral de Catequese (ISPAC), organismo vinculado à CNBB, como possível responsável pela "doutrinação que este instituto vem inculcando nas freiras encarregadas da educação de nossas filhas" (CORÇÃO, 1969a, p. 6). Ao final, estão transcritos os nomes dos reclamantes que subscrevem a carta.

Corção retoma o artigo reforçando suas preocupações — já explicitadas — com o Colégio Sion e acrescentando outros depoimentos de pessoas que, mesmo discordando de seu artigo anterior, expressam evidências que vão ao encontro de seus argumentos. Ao final, afirma que "essa nova pretendida educação cristã elimina pura e simplesmente toda e qualquer idéia de dever e de obrigação. E isto não é apenas o fim da picada, como se diz, é o fim do cristianismo. Além disso, a moral da superiora é subversiva e falsa" (CORÇÃO, 1969a, p. 6).

Os textos seguintes que fazem referência ao Colégio Sion foram publicados em 21 de março de 1969 (CORÇÃO, 1969c) e em 13 de novembro de 1971 (CORÇÃO, 1971), e têm por tema as divergências de Corção em relação a declarações publicadas pela CNBB. Em ambos, a orientação política de Corção é explicitada de forma bastante evidente através das acusações de equívoco e de "totalitarismo episcopal", no que concerne aos posicionamentos da Conferência acerca da situação política do país. Para Corção, a CNBB é responsável (se não conivente) pela infiltração "progressista", "marxista" e "subversiva" na Igreja Católica Brasileira. Os eventos do Colégio Sion são apenas citados a título de exemplificação.

Sabemos que os textos publicados em peri-

ódicos, assinados ou não, não podem ser lidos aligeiramente por trazerem consigo o signo de subjetividades e engajamentos nem sempre explicitados. Todavia, esse não é o caso dos textos de Corção. Por uma escrita ácida e mordaz, é possível perceber suas filiações morais, políticas e sociais. Diferente de Mario Masagão e de Salomão Jorge, Corção era articulista frequente não apenas n'*O Estado de São Paulo*, mas também em *O Globo* e na revista *Permanência*. Segundo Olivier Compagnon (2012, p. 287, tradução nossa):

Sobre a base de suas reflexões e graças aos inúmeros artigos que ele publica na revista *Permanência*, mas também na imprensa cotidiana e em diversas revistas culturais ao ponto que ele estima poder contar dois milhões de leitores regulares, Corção se afirma como um detrator de um progressismo de fronteiras flexíveis — cobrindo um largo espectro desde a democracia cristã até o cristianismo de libertação — e como um dos porta-vozes mais ardentes da reação contra as conclusões do concílio em terras lusófonas.

Gustavo Corção nasceu em 1896 e teve formação na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Sua trajetória política é bastante peculiar, uma vez que apesar do evidente anticomunismo observado nos trechos anteriormente transcritos, foi simpático ao comunismo na década de 1930. Intelectual cético e racionalista no início de sua trajetória, converte-se ao catolicismo em 1939, tornando-se uma respeitada liderança leiga. O catolicismo foi tema frequente de suas ações como articulista, literato e professor. Integrante da UDN, intelectual conservador, defensor intransigente da fé e doutrina católica, identifica perigos nas mudanças anunciadas e implementadas pelo Concílio Vaticano II. No final dos anos 1960, quando tece suas críticas ao Colégio Sion, à educação sexual e às escolhas político-sociais realizadas pela CNBB, estava reagindo fortemente contra algumas orientações do Concílio Vaticano II, particularmente à encíclica *Populorum Progressio*¹⁹ de 1967, assim como às mobilizações que vinham ocorrendo, com o apoio de alas da

¹⁹ A encíclica *Populorum Progressio* foi escrita pelo Papa Paulo VI e publicada em 1967. Tratava, como indica seu título, do progresso dos povos, ressaltando o preocupante desequilíbrio entre países ricos e pobres e tecendo críticas ao liberalismo, imperialismo e planificação arbitrária. Corção acreditava que ela poderia legitimar certas escolhas consideradas por ele como radicais em favor de transformações políticas e sociais, então debatidas junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) (COMPAGNON, 2012).

Igreja católica, contra o golpe militar de 1964 (PAULA, 2013).

Os colégios católicos entre a atualização e a subversão

O Colégio Sion, alvo das críticas de Corção, é representativo dos movimentos que assombraram o articulista e que causaram os incômodos referidos nos textos acima transcritos. Foi fundado pelas irmãs da Congregação Notre Dame de Sion, com sede em Paris, que chegaram ao Brasil em 1888. Após alguns inconvenientes causados por focos de febre-amarela, as religiosas instalaram-se em Petrópolis e na cidade do Rio de Janeiro. O colégio recebeu sua primeira aluna interna em 1889. Segundo Maria Alzira da Cruz Colombo (2018, p. 94):

[...] a implantação no Brasil deu-se a partir da solicitação da condessa Monteiro de Barros e de Monsenhor Spolverini, núncio apostólico do Rio de Janeiro à Mère Marie Paul, superiora geral da congregação, em nome da sociedade carioca [...].

Em 1901, a congregação inaugurou o Colégio Nossa Senhora de Sion também em São Paulo. O colégio, assim como tantos outros fundados por congregações religiosas femininas que se instalaram no Brasil entre o fim do século XIX e início do XX, era voltado à formação das filhas de famílias da elite. Sobre eles recaíam, portanto, expectativas acerca da qualidade, da disciplina e dos valores morais que caracterizavam tais instituições.

Ainda que alguns aspectos dessas trajetórias institucionais sejam similares, isso não significa a inexistência de especificidades e de tensões. Se, por um lado, a instalação de congregações religiosas femininas no Brasil, no século XIX, aconteceu com o subsídio e objetivo de atender interesses de determinados grupos sociais, por outro, é preciso considerar os distintos projetos missionários dessas mesmas congregações

e, além disso, o fato de serem afetadas pelas transformações eclesiais que nem sempre eram assumidas consensualmente ou coincidiam com os projetos políticos vigentes²⁰. As tensões em torno da recepção e implementação das ideias de *aggiornamento*, atualização e modernização, oficializadas pelo Concílio Vaticano II, são, nesse sentido, exemplares.

No que concerne à atuação dos colégios católicos femininos, chama atenção que a maioria das reportagens publicadas entre 1964 e 1969, além daquelas aqui apresentadas, refere-se a mudanças que afetam a vida religiosa feminina (o abandono gradativo do hábito religioso e o ingresso no mundo do trabalho) e a questões de cunho moral, como a proposição de atividades de educação sexual²¹. Neste artigo, foi sobre estas últimas que recaiu nossa particular atenção.

Conforme alerta Tania de Luca (2008), não há lugar para a ingenuidade em investigações a partir de periódicos. É preciso atentar aos jogos de interesses, redes de relações, engajamentos sociais, políticos e morais. Além disso, deve-se considerar que os textos — que agora lemos como acontecimentos passados, já conhecendo de antemão como os futuros se configuraram — conformavam aquele presente, impondo atribuição de sentidos, interpretações diversas e reações distintas incitadas pelas expectativas acerca do porvir. Hoje, ao lê-los, atribuímos sentidos a partir de uma mirada retrospectiva. Na época, eram fagulhas do/no vivido, dos medos e dos anseios diante do que ainda poderia ser. É nesse espaço-tempo de tensões que devemos alocar os textos de Chateaubriand, Masagão, Jorge e Corção. Apesar da particularidade de suas trajetórias e de seus engajamentos políticos e partidários, no que diz respeito às questões morais, como a educação sexual ministrada em educandários católicos, parecia haver consenso. Ainda que os percursos de Salomão Jorge e Gustavo Corção fossem distintos, isso não impedia Jorge de admirar o

²⁰ Como, por exemplo, aquelas ancoradas no Cristianismo de Libertação.

²¹ Para além dos excertos aqui apresentados, periódicos de grande circulação noticiaram com certa constância, durante a segunda metade da década de 1960, as alterações nos hábitos religiosos das freiras — que poderiam, gradativamente, ser substituídos por roupas civis — e o apoio das irmãs ao movimento estudantil — particularmente através da participação em passeatas em 1967 e 1968 e aos congressos da União Nacional do Estudantes (UNE) em 1966 e 1967.

ímpeto belicoso de Corção em nome "da moral e dos bons costumes".

Sabemos que as relações tecidas entre comunismo e moralidade são anteriores à década de 1960. Tal questão foi abordada por Carla Simone Rodeghero (1998), que enumera práticas consideradas, entre 1945 e 1964, como potencialmente subversivas. Há, por exemplo, a comparação entre comunismo e carnaval, em 1949, segundo a qual o primeiro "investe contra Deus e contra a alma de maneira violenta e o segundo é a ostentação descarada da decadência dos costumes, é o arrasamento das virtudes pessoais e familiares" (RODEGHERO, 1998, p. 57). Concursos de beleza eram, igualmente, alvo do anticomunismo católico por exaltarem valores como a leviandade e o materialismo. O divórcio emergia também como ferramenta comunista, pois, "conscientes ou não, procuram desmoralizar e dismantelar a família" (RODEGHERO, 1998, p. 57-63).

Os elementos elencados por Rodeghero (1998), assim como algumas das acusações dirigidas às freiras nos artigos aqui citados, referiam-se mais às mudanças socioculturais e eclesiais que ocorriam na segunda metade do século XX do que a um comunismo conscientemente engajado. Essas mesmas mudanças eram acompanhadas com grande preocupação por grupos sociais que poderíamos categorizar, de forma geral, como conservadores. Temas como juventude, moralidade e sexualidade estavam na ordem do dia em debates públicos na década de 1960. Conforme nos indica Ben Cowan (2016), a preocupação com a defesa da família nuclear burguesa gerou uma série de discursos moralistas que incitaram sobremaneira a vigilância sobre o que ocorria em escolas ginasiais, secundárias e universidades. Tais espaços eram encarados como potenciais propagadores de ideias subversivas. Os artigos aqui analisados sobre os colégios católicos corroboram essa afirmação.

Diante desse delicado contexto e de todas as ocorrências que envolveram membros da Igreja católica²², particularmente a partir de 1967 com o

decreto da Lei de Segurança Nacional que, em seu artigo 38, afirmava constituir propaganda subversiva o aliciamento de pessoas em locais de ensino (BRASIL, 1967), é preciso ponderar que a acusação de proximidades com o comunismo e de subversão não era nada corriqueira ou inofensiva. Assim, a insistência em práticas que geravam não apenas suspeitas, mas acusações públicas — como aquelas perpetradas por Corção — não pode ser minimizada e merece atenção.

Considerações finais

A leitura dos periódicos possibilita-nos enfrentar diferentes experiências temporais: aparecem-nos tempos sobrepostos. Para os fins da proposição aqui apresentada, destacamos dois: um tempo que poderíamos chamar dos acontecimentos cotidianamente apresentados e, muitas vezes, replicados em veículos de informação. Notícias do Brasil e de outros países sobre as leis promulgadas, a luta contra a subversão, o desafio dos generais na defesa da então chamada "revolução", os pacotes econômicos, inaugurações, campeonatos e tantas outras questões eram selecionadas e apresentavam aquilo que do presente deveria ser dado a conhecer. Aquilo que importava (ou incomodava). Há, igualmente, um tempo da moral, que se expressa de maneira mais explícita através dos artigos de opinião, das cartas de leitores, das imagens autorizadas a ilustrar (ou não) uma notícia, dos temas polêmicos e que nos permite constatar que certas mudanças e transformações estavam submetidas a outro metrônomo, de compasso demorado. O ritmo do tempo dos acontecimentos e da moral coexistem, mas nem sempre coincidem.

Dentre uma miríade de questões sobre as quais poderíamos nos deter, escolhemos apresentar, através da análise de artigos publicados em jornais de grande circulação, reflexão sobre um constante interesse acerca do que acontecia nos colégios católicos, particularmente naqueles dirigidos por freiras, na segunda metade da década de 1960. Esse interesse destacava a dimensão

²² Referimos, aqui, as prisões amplamente noticiadas de padres e freiras que haviam acobertado estudantes durante a realização do 29º congresso da UNE.

política (subversiva) de determinadas atitudes, os desvios morais (comumente relacionados à educação sexual) e, invariavelmente, o estupro pelos acontecimentos terem lugar em colégios de freiras (erigidos, como anteriormente demonstrado, para a formação moral e intelectual das famílias de elite). Tal interesse merece atenção não apenas pelo fato de serem noticiados — e pelos acontecimentos em si —, mas, igualmente, pela condição dos sujeitos mobilizados em uma sorte de cruzada em defesa da moral.

As "ousadias" pedagógicas denunciadas sugerem um uso político dos espaços ocupados pelas referidas religiosas. Os colégios murados, privados e confiáveis, tornavam-se *locus* de mudanças legítimas, conforme proposições eclesiais e sociais. Tais atitudes, mesmo quando incitadas por um ideário cristão, eram deturpadas na imprensa e imbuidas de intencionalidades monstruosas e, poderíamos dizer, um tanto surreais. Acusações de freiras que estariam pregando a desobediência a Deus ou que tratavam do ato sexual com crianças de quatro anos não podem ser descoladas do momento em que se realizaram. Considerando estarmos em plena ditadura militar, suas ações tornavam-se combativas, pois contrariavam a ordem política, social e moral então estabelecida.

Os artigos aqui referidos expõem uma série de tensões e acusações voltadas às religiosas que, apesar disso, insistiam no direcionamento dado aos seus educandários. O mesmo Colégio Sion atacado por Corção, no início da década de 1970, encampou nova batalha ao abrir as portas da instituição aos meninos e, assim, assumir-se como colégio misto. Tais atos, muitas vezes interpretados como "subversivos", "comunistas" ou "esquerdistas", impelem-nos a refletir sobre o custo de certas escolhas e as possibilidades de participação dessas religiosas em atividades que podem ser interpretadas como de contraposição ao regime autoritário — ou, ao menos, a elementos que lhes serviam de amparo ideológico.

Debates no espaço público que articulam as dimensões da política e da moral não ficaram restritos, sabemos, aos anos passados sob o jugo do regime militar. De vociferações em re-

des sociais a projetos políticos bastante atuais, questões como "ideologia de gênero" e "Escola sem Partido" remetem-nos aos debates apresentados nos artigos analisados. A notícia falsa da existência de uma "mamadeira de piroca", que circulou amplamente no momento da campanha eleitoral de 2018, evoca as "esposas do Exu" e "beatas do sexo" de Salomão Jorge. Se, em um primeiro momento, essas imagens causam-nos surpresa, ou até mesmo riso, a constatação de sua alarmante proximidade demanda atenção. Não se trata, acreditamos, de um presente que reproduz seu passado. Lemos nosso presente a partir da metáfora geológica e dos estratos, já sugeridos por Koselleck (2014). Assim, certas questões de cunho moral poderiam ser pensadas como o magma que, submetido a distintas movimentações das placas que o contém, ascende, causando sutis tremores ou violentas erupções. Nesse estrato profundo, que compartilhamos com o passado, habita o bacilo de um moralismo violento, alimento de um autoritarismo sempre iminente:

Na verdade, ao ouvir os gritos de alegria que vinham da cidade, Rieux lembrava-se de que esta alegria estava sempre ameaçada. Porque ele sabia o que esta multidão eufórica ignorava e se pode ler nos livros: o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E sabia, também, que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz (CAMUS, 2002, p. 268-269).

Após leitura dos artigos apresentados e as suas evocações em nosso tempo presente, este excerto de *A peste*, que conclui o romance de Albert Camus escrito em 1947, ganha tons proféticos (e perturbadores).

Referências

ALBUQUERQUE acusa freiras e padres de desagregar a família falando de sexo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 14, 16 out. 1968.

BIOGRAFIA do(a) Deputado Federal MÁRIO MASAGÃO. *Portal da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, [20--]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130370/biografia>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacao-original-1-pe.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CAMUS, Albert. *A peste*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CHATEAUBRIAND, Assis. As irmãs vermelhas. *Diário da Noite*, São Paulo, p. 3, 1 maio 1964. Primeiro Caderno.

COLOMBO, Maria Alzira da Cruz. La venue des congrégations religieuses françaises au Brésil à la fin du XIXe siècle et au début du XXe siècle. *Chrétiens et Sociétés*, Lyon, n. 13, 2006.

COLOMBO, Maria Alzira da Cruz. *Do exílio à missão: congregações religiosas femininas francesas no Brasil - século XIX*. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

COMPAGNON, Olivier. L'intégrisme transatlantique de Gustavo Corção. In: DAARD, Olivier (org.). *Doctrinaires, passeurs et vulgarisateurs des droites radicales au XXe siècle (Europe-Amériques)*. Convergences: Bruxelles, 2012. p. 277-290.

CORÇÃO, Gustavo. Ainda o Colegio Sion. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 6, 13 mar. 1969a. Caderno Geral.

CORÇÃO, Gustavo. Colegios religiosos que se fecham. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 6, 1 fev. 1969b. Caderno Geral.

CORÇÃO, Gustavo. O cochilo da CNBB. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 10, 13 nov. 1971. Caderno Geral.

CORÇÃO, Gustavo. Os frutos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 6, 30 nov. 1968. Caderno Geral.

CORÇÃO, Gustavo. Uma explicação infeliz. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 15, 21 mar. 1969c. Caderno Geral.

CORDEIRO, Janaina Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, p. 1-19, 2021.

COWAN, Benjamin A. *Securing sex: morality and repression in the making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

CUBAS, Caroline Jaques. *Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

DE LUCA, Tânia. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

INCIDENTE leva Dops ao colégio "Des Oiseaux". *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 18, 9 abr. 1964a. Classificados.

JORGE, Salomão. As espôsas do demônio. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 61, 10 nov. 1968. Caderno Geral.

JORGE, Salomão. O diabo entrou no tinteiro dos frades... *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 55, 18 maio 1969. Caderno Geral.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo*. 2008. 268f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LORSCHIEDER, Aloisio. Linhas mestras do Concílio Ecumênico Vaticano II. In: BEOZZO, José et al. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 39-50.

MAZAGÃO, Mario. Dôres da Santa Igreja. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 29, 4 fev. 1968. Caderno Geral.

MENESES, Sônia. Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 - o acontecimento recalcado e a ascensão do jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 39-71, jul./dez. 2013.

MONREAL, Susana. Femmes consacrés dans le cône Sud dans la seconde moitié du XIXe. siècle: immigrantes sans frontières. In: LESCAROS, Véronique; SUÁREZ, Ana Lourdes; CARRANZA, Brenda (org.). *Religieuses en Amérique Latine: invisibles mais indispensables*. Paris: L'Harmattan, 2020. p. 53-70.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 367-379, maio-ago. 2017.

NUNES, Maria José Rosado. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil - uma abordagem histórico-social. In: AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (org.). *Os religiosos no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 188-216.

PAULA, Christiane Jales de. A descoberta da "Outra": Gustavo Corção e a recepção do Concílio Vaticano II. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 6, n. 16, p. 127-142, maio 2013.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

TORRES, Ulysses Lemos. A candidatura vetada. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 6 jul. 1978. Caderno Geral.

VOLTA à normalidade. *Folha de São Paulo*, p. 4, 9 abr. 1964. Primeiro Caderno.

Caroline Jaques Cubas

Professora Associada do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Programa de Pós-Graduação em História e Mestrado Profissional em Ensino de História na mesma Universidade. Pesquisadora Associada da Rede História e Catolicismo (RHC), tem interesses voltados prioritariamente à história das religiões e religiosidades no tempo presente e à formação de professores de História.

Endereço para correspondência:

CAROLINE JAQUES CUBAS

Rua Acari Silva, 199, casa 2

Santa Mônica, 88035440

Florianópolis, SC, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.